

O exemplo dos simples

DEPOIS de três anos sem conseguir uma vaga nas escolas da rede municipal de São João de Meriti, Raquel Dias Barbosa, de 15 anos, encontrou afinal um jeito para escapar ao bloqueio da omissão pública: improvisou uma sala de aula no quintal de casa. Lá, ensina a 15 crianças da vizinhança, também desescolarizadas, tudo que aprendeu enquanto pôde estudar.

A MESMA criatividade do desespero levou a ex-doméstica Aparecida David Dias a instalar a Escola Informal Escrava Isaura, e mais uma creche, debaixo do viaduto do Metrô, na Praça da Bandeira. Tudo se confundiria com outro barraco qualquer, se dentro desse abrigo favelado 33 crianças não estivessem aprendendo alguma coisa com uma amiga da Tia Cida.

NO cenário do drama escolar fluminense, a novidade é essa. Das camadas mais carentes da população surgem iniciativas para substituir os vazios e o imobilismo da educação institucionalizada, seja de patrocínio oficial ou particular.

SABOR de surpresa não tem certamente a informação de que cerca de 240 mil crianças em idade escolar estão sem

acesso à rede pública de ensino e que a Prefeitura carioca precisaria aumentar em 40% o número de escolas para atender a toda a demanda do ensino pré-escolar e do primeiro grau. Já não surpreende, tampouco, saber que na Baixada Fluminense mais de 75 mil crianças e adolescentes, entre 7 e 14 anos, ficarão fora das escolas públicas este ano por falta de vagas. Diante dos grandes números da ociosidade escolar, os projetos existentes ou apenas cogitados da expansão da rede são exercícios de fantasia.

PODE-SE reconhecer o problema do agravamento da demanda, por força da crise econômica que empobreceu a classe média e promove agora uma forte transferência de alunos de colégios particulares para a escola oficial e gratuita. Esse fenômeno, porém, é recente. Antes dele já era cruel o déficit de vagas no ensino básico e nunca se encontrou forma de obedecer ao mandamento constitucional sobre o ensino universal e gratuito.

CIEPS e Ciacs surgiram em cena envolvendo projetos em que os custos da arquitetura, da manutenção e da pedagogia por si sós neutralizam os objetivos de

universalização do atendimento escolar. Certamente contribuirão para tornar mais nítida e chocante a linha que distingue a população escolarizada da que não consegue chegar às salas de aula.

A SIMPLIFICAÇÃO da estrutura escolar, e não a sua sofisticação, deveria ser a base de qualquer programa de boa-fé destinado a absorver em curto prazo a massa de crianças sem ensino. O estado e a Prefeitura não necessitam seguir ao pé da letra os exemplos de Raquel ou de Tia Cida, montando escolas em quintais ou sob viadutos. Mas por que não buscar também a opção da instalação singela, aproveitando até imóveis e espaços do patrimônio estadual e municipal? O Governo de São Paulo adotou esse modelo, mostrando como é eficaz e adequado, mesmo no estado mais rico e desenvolvido da Federação.

QUANDO se trata de ampliar a base educacional do país, e com urgência, informalidade e improvisação inteligente devem chegar ao primeiro plano. Cabe ao poder público recolher as lições que lhe oferecem, de graça, humildes brasileiros que se cansaram de esperar pelos milagres da lucidez oficial.